

# A INTERPRETAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE OSMOSE: ESTÉTICA E TEORIA EM UMBERTO ECO E STANLEY FISH

José António C. Baptista (1)

Ao Francisco e à Diana

**Resumo:** Este artigo visa demonstrar a forma como as teorias da interpretação propostas por Umberto Eco e Stanley Fish, ao apoiarem-se, implicitamente, numa noção como a de “intersubjectividade”, acabam por se achar instaladas no âmbito do processo de osmose que, a partir de uma noção originária de *theoria* e, sobretudo, com a irrupção dos pressupostos estéticos elaborados por Kant, nunca deixou de subjazer ao acto de delimitação dos *topoi* da Estética e da Teoria.

**Palavras-chave:** Intersubjectividade, Interpretação, Estética, Teoria

**Abstract:** This article aims to demonstrate how the interpretative theories proposed by Umberto Eco and Stanley Fish are related to the concept of “intersubjectivity”. From an original conception of *theoria*, and principally by means of the Kantian aesthetic assumptions, this confirms the way “intersubjectivity” has always installed Aesthetics and Theory within the bounds of a problematic osmotic process.

**Keywords:** Intersubjectivity, Interpretation, Aesthetics, Theory

## INTRODUÇÃO

Na obra *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität*, Edmund Husserl envida o esforço das suas reflexões em torno da seguinte investigação: é necessário analisar o modo como os feitos concretizados, pelo homem, no domínio da arte evidenciam a unidade entre a vida da consciência daquele que produz determinada obra ou conhecimento e a de todos os outros que, embora no papel de receptores, coexistem com esse indivíduo naquilo que surge designado de “intropia” da comunidade (2). Não se sabe ao certo de onde Husserl terá resgatado este termo aparentemente esquivo a familiaridades. António Amaro Monteiro (1987, pp. 10-50) indicia como possíveis influências os nomes de Theodor Lipps e Alexius Meinong. Certo é que em Husserl

esse termo se relaciona, ao nível da construção da consciência do sujeito, com a identificação entre um “Eu” e um “Outro”, efectivada num processo plural de intersubjectividade. Para Jordan Zlatev (2008, p. 1), o fenómeno da intersubjectividade é explicado enquanto mecanismo do entendimento que verdadeiramente confere aos indivíduos o benefício de aspectos centrais da vida social humana, nomeadamente os que evoluem de uma cultura simbólica e material, com os poderosos efeitos formadores que lhe subjazem (3). Zlatev fala de um fenómeno é entendido como “the sharing of experimental content (e.g. feelings, perceptions, thoughts, and linguistic meanings) among a plurality of subjects”, sendo que “no human being is entirely devoid of human subjective potential – even though they may be delayed or challenged in the expression of some of its manifestations, such as the case for people with autism.” (ZLATEV, 2008, p. 1).

É precisamente esta noção plural de intersubjectividade, marcada por um exercício de comunicabilidade determinante, que, tanto como propriedade mental inerente a todos e a cada um dos indivíduos, como na sua projecção, no domínio da arte, ao nível da relação entre criador e receptores ou apenas entre os diversos receptores, parece implicitamente informar a ideia de cooperação interpretativa subjacente às teorias da interpretação propostas quer por Umberto Eco, quer por Stanley Fish. Na conclusão deste artigo, ecoará o modo como essa circunstância acaba por instalar tais teorias no âmbito da problemática que sempre regulou, de forma mais ou menos latente, a delimitação dos *topoi* da Estética e da Teoria. Antes disso, começaremos por traçar um breve excuro onde salientaremos, de forma sucinta, os aspectos e as figuras mais relevantes dessa problemática.

## **I. ESTÉTICA E TEORIA: A PROBLEMÁTICA DE UM ACTO DELIMITATÓRIO**

Dos pressupostos desenvolvidos por Kant relativos à natureza do juízo estético ressalta, de forma explícita, a emaranhada coexistência entre um momento contemplativo e um entendimento lógico que tornará problemática a delimitação pacífica das especificidades dos *topoi* da Estética e da Teoria (4). Se é verdade que, na argumentação kantiana, o juízo estético é motivado por uma atitude de cariz contemplativo, a sensação de comprazimento oriunda dessa atitude, embora não se fundando ou orientando na direcção de conceitos, surge como um fenómeno que não se coíbe de accionar o entendimento, não se tornando, com efeito, desligada de uma

postura reflexiva (5). Na sua acepção originária, a *theoria*, por sua vez, não é, como adverte Hans Georg Gadamer,

...o acto individual instantâneo, mas uma atitude, uma posição e um estado em que nos demoramos. É um assistir no seu duplo sentido; significa não só a pertença, mas também que o presente está “inteiramente aí.” Alguém é participante num procedimento ritual ou numa cerimónia, quando fica absorto na participação, e isso encerra sempre um tomar parte com outros ou um partilhar o mesmo com outros possíveis. “Teoria” não é, pois, em primeiro lugar um comportamento pelo qual nos apoderamos de um objecto ou o tornamos disponível através da explicação. Tem a ver com um bem de outra espécie (GADAMER, 2001, pp. 36-37).

Gadamer discerne, assim, a natureza complexa que, desde a sua concepção originária, caracteriza um conceito como o de “teoria”. Associada a este termo, o filósofo alemão dá conta de uma relação com o objecto que, ainda que declinando uma atitude puramente contemplativa, transporta o indivíduo para um processo de alargamento da subjectividade individual, o qual, numa característica própria, ulteriormente, do juízo estético kantiano, “encerra sempre um tomar parte com outros ou um partilhar o mesmo com outros possíveis” (6).

No âmbito desta mesma problemática, ainda que transposta para o nível igualmente complexo da produção, Paul Valéry (1968, pp. 1438-43), no texto “L’Enseignement de la poétique au Collège de France”, leva a cabo, em moldes que se tornaram célebres, uma concepção do fenómeno poético enquanto produto oriundo de um exercício racional contínuo, mas admitindo a intervenção, no decorrer do mesmo, de algo do âmbito do puramente inefável (7). Esta tomada de consciência por parte de Valéry surge, na verdade, no seguimento daquele debate que, ao longo da história da literatura, investiu o seu afã na tentativa de provar qual o elemento catalisador do exercício poético: a técnica ou a inspiração. Nesse debate, a técnica surgiria associada a um domínio marcadamente racional e faria encaixar, por conseguinte, o referido exercício no domínio da poética, enquanto a inspiração teria mais que ver com uma propriedade irracional, com uma propriedade, portanto, de cariz estético. O próprio Aristóteles, na *Poética* (8), havia deixado espaço a esta concepção, quando afirma:

*Hence the composition of poetry is an affair of either the well-endowed or the maniac individual; for of these two types the ones are impressionable while the others are liable to be “possessed” from time to time. (ARISTOTLE, Poetics, 55a1 27-32)*

A conclusão mais lúcida de tal debate é, porém e tal como tenta evidenciar Valéry, a que tende a postular estes dois elementos como constituintes de um fenómeno marcadamente osmótico. Como resultado dessa osmose, ver-nos-íamos confrontados com a contaminação ou interpenetração dos *topoi* da Estética e da Teoria, pois cada uma destas disciplinas seria capaz de assumir traços e aspectos tradicionalmente considerados como exclusivos da outra: a atitude contemplativa, a expressão do indizível, e a explicação racional, aparentemente pertencendo a domínios distintos, passam a caracterizar as duas disciplinas em conjunto (9), independentemente da preeminência exercida por estas em cada uma delas. É nesse sentido que Gadamer (2001, pp. 38-42), ao postular, a partir da ênfase na sua idea originária, a negação da teoria enquanto “acto individual instantâneo” e ao considerá-la, ao invés, como acção baseada no “tomar parte com outros ou um partilhar o mesmo com outros possíveis”, abre caminho para a aplicação de uma noção como a de intersubjectividade ao domínio das teorias interpretativas.

É o próprio Umberto Eco (1992, p. 23) a afirmar que “a história da estética poderá reconduzir a uma história das teorias da interpretação ou do efeito que a obra provoca no destinatário” (10). O estudioso italiano, ao assinalar a diluição da fronteira entre perceptística e explicação racional, assume como estéticas de orientação interpretativa a estética aristotélica da catarse, a estética pseudo-longiniana do sublime, as estéticas medievais da visão, as leituras renascentistas da estética aristotélica, as estéticas setecentistas do sublime, a estética kantiana e numerosas estéticas contemporâneas, como a fenomenologia, a hermenêutica e a estética da interpretação. Será de assinalar o modo como do conjunto destas estéticas, é a aristotélica aquela que sobressai no que diz respeito à vigência de um aspecto de dualidade entre materialidade linguística do texto, com o seu consequente conteúdo expressivo lógico, e esse texto como objecto desencadeador de reacções naquele que o recebe, efeitos que, paradoxalmente, enformam e escapam a um fervor explicativo como será aquele (re)inaugurado no século XX com o trabalho levado a cabo pelos jovens membros da Opojaz (TODOROV, 1999) (11). A apreensão sensorial do texto enquanto forma, enquanto elemento intransitivo, experiência apenas possível a partir do emprego de um método husserliano de evidenciação pela acção do qual é colocada entre parêntesis a matéria do domínio do contingente que não denota transparência para a percepção do fenómeno em si – no caso de Roland Barthes o signo enquanto

mito, estereótipo recalcado no interior da necrose da linguagem impedindo o exercício da mesma na ausência de qualquer função social e normativa – foi o que enformou os projectos formalista e estruturalista. No entanto, mesmo este género de apreensão, centrada na procura de uma descrição lógica dos mecanismos linguísticos do texto, não deixa de produzir, na visão de Barthes, o seguinte efeito subjectivo:

Não posso dosear, imaginar que o texto é perfectível, que está pronto a entrar num jogo de predicados normativos: é demasiado **isto**, não é suficientemente **aquilo**; o texto (o mesmo se passa com a voz que canta) só me pode arrancar este juízo: **é isso!** É mais ainda: **é isso para mim!**” (BARTHES, 2001, p. 48) (12).

(Será necessário regressar, mais adiante, a esta afirmação de Barthes, de modo a problematizar, em maior detalhe, a ideia que a mesma veicula: a ideia de apreensão do texto como fruto de uma subjectividade isolada.)

Torna-se pertinente observar a forma como também Paul De Man contribui para o acentuar da indefinição entre os *topoi* da Teoria e da Estética, ao afirmar que

A intuição implica percepção, consciência, experiência, e conduz imediatamente ao mundo da lógica e da compreensão com todos os seus correlativos, entre os quais a estética ocupa um lugar de relevo. A suposição de que pode existir uma ciência da linguagem que não necessariamente uma lógica leva ao desenvolvimento de uma terminologia que não é necessariamente estética (DE MAN, 1989, p. 29) (13).

De Man, com esta ideia da Estética enquanto correlativo do “mundo da lógica e da compreensão”, parece assim corroborar o argumento kantiano segundo o qual a atitude contemplativa que se acha na base do juízo estético não se encontra desligada de uma postura reflexiva, ainda que faça dessa postura o aspecto caracterizador primordial da percepção estética. No texto que serviu de réplica, por parte de Umberto Eco, às observações proferidas por Jonathan Culler e Richard Rorty relativas à forma como o teórico italiano concebia a especificidade subjacente ao conceito de interpretação, pode ler-se:

Respondo com todo o respeito: não é tanto porque os autores estudem a linguagem para escreverem melhor (tanto quanto me lembro, Culler já insistiu neste aspecto) mas também porque a surpresa (e, por conseguinte, a curiosidade) é a fonte de todo o conhecimento, porque o conhecimento é uma forma de prazer e porque é simplesmente belo descobrir o porquê e o como de um dado texto produzir tão múltiplas interpretações boas (ECO, 1993a, p. 129) (14).

Ao invés de Susan Sontag (1966), que condena peremptoriamente o acto interpretativo no domínio estético (15), acenando com o argumento de que tal acto se caracteriza como fenómeno consciente da mente que, privilegiando o conteúdo em detrimento da forma, selecciona, da totalidade constituída pelo objecto artístico, uma série de elementos que julga pertinentes, Eco evidencia uma noção de comprazimento, usualmente tida como característica estética, vinculada ao conhecimento proveniente da descodificação dos múltiplos sentidos que a significância desse objecto veicula. Tal género de comprazimento torna-se possível, uma vez que no texto literário tido enquanto acto de comunicação, a relação entre mensagem e locutor é, na óptica de Paul Ricoeur (1995, p. 41), fortemente alterada quando a situação de comunicação face a face é substituída pela “inscrição directa do discurso na littera” (16). Ao configurar-se como exteriorização semântica motivada por um sistema modelizante secundário, promovendo, com isso, uma universalização do auditório, a significação de um texto torna-se objecto de uma quantidade elevada de interpretações. Esta possibilidade de uma exegese quase ilimitada que, no entanto, será colocada em questão por um conceito como o de intersubjectividade, surgirá associada, na terminologia de Ricoeur (1995, p. 41), àquilo que o autor de *La Métaphore Vive* designa de “contrapartida dialéctica da autonomia semântica do texto”. O leitor apropria-se então do texto, tornando sua, propriedade que é alheia, visto existir uma necessidade inata do ser humano se apoderar do que lhe é estranho e porque, utilizando as palavras de Eco, “a surpresa (e, por conseguinte, a curiosidade) é a fonte de todo o conhecimento”. Nesse caso, a leitura, ao resgatar do estranhamento a significação do texto, torna-se, no aparato teórico de Ricoeur (1995, p. 55), “remédio”, a interpretação, ao materializar-se, na óptica de Eco, uma forma de conhecimento, apresentar-se-á como sinónimo de prazer.

Se é difícil, na relação entre texto e leitor, estabelecer quais as propriedades exclusivamente estéticas e quais as propriedades exclusivamente racionais que entram em jogo no decurso do acto interpretativo, torna-se bastante mais simples determinar o conceito intrínseco a essa relação: a intersubjectividade. Ainda que Barthes apresente o acto de fruição estética como resultado de uma subjectividade individual, no postulado filosófico de Kant surge a consciência de que o comprazimento proveniente do acto de contemplação estética não se funda em qualquer inclinação do sujeito, não obstante a circunstância de este se julgar inteiramente livre relativamente a tal

comprazimento (17). Não existirá, com efeito, qualquer condição privada como motivadora do comprazimento que seja seguida pelo indivíduo no seu processo apreciativo, o que o leva a considerar que aquilo que o conduziu ao comprazimento estético existirá também no interior de todo o outro indivíduo. A qualquer nível, inclusive o estético, como sugere Husserl, se a mensagem emitida por um ser A não encontrar da parte de outro ser B estruturas receptoras e emissoras idênticas, a comunicação não se estabelece. Daqui resulta que a comunicação só se torna possível entre seres dotados das mesmas estruturas intelectuais. Em consonância com os argumentos de Kant, terá de se associar ao juízo estético – que se apresentará, seja em que circunstância for, como um acto desinteressado – uma reivindicação de validade universal, embora não fundada na existência em si do objecto da contemplação, circunstância esta que lhe outorgará um carácter subjectivo. Para se referir a essa noção de universalidade, Kant sugere também a expressão “validade comum”. Esta expressão aludirá, de semelhante modo, não à legitimidade de uma representação pela faculdade de conhecimento, mas à sensação de prazer ou desprazer experimentada, de forma inconscientemente partilhada, por cada indivíduo dentro de um todo colectivo. Nesse sentido, o conceito de “antinomia do gosto” postula a possibilidade do estabelecimento de uma articulação entre uma experiência que, no âmbito estético, se situa no plano da subjectividade e da singularidade mas que, simultaneamente, alarga o seu traço de abrangência e cria uma necessidade de comunicabilidade universal. É a esta questão que Kant se refere quando enuncia:

Aqui se trata de ver que no juízo de gosto nada é postulado, a não ser uma tal “voz universal” com vista ao comprazimento sem mediação de conceitos; por conseguinte a possibilidade de um juízo estético, que ao mesmo tempo possa ser considerado como válido para qualquer um (KANT, 1998, p. 48).

Destes pressupostos, podemos inferir uma noção de diálogo, de um compromisso inconsciente de interacção em que o “Eu” implica sempre a presença do “Outro”, em que o singular pressupõe sempre o colectivo, de forma a poder inscrever a sua experiência subjectiva num contexto de universalidade (18). Esta concepção eminentemente dialógica é a mesma que se tornará inerente à maior parte das reflexões produzidas por Bakhtin (1990), especialmente ao seu conceito de exotopia, na génese do qual emerge a ideia de que a construção do “Eu” é inexoravelmente motivada pela presença de um “Outro” (19); é esta mesma concepção, validada por um

exercício de intersubjectividade determinante, que é possível descortinar quando se trata quer em Umberto Eco, quer em Stanley Fish, da materialização efectiva do texto literário. Esta materialização, em vez de lograda pelo autor, apenas se concretiza por intermédio de um “Outro” que é o leitor, tendo em conta que a intersubjectividade é, no dizer de Husserl, “Eine Gemeinschaft von Subjekten, die eine gemeinschaftliche welt konstituiert.” (20), e é, simultaneamente, um fenómeno que despoleta uma osmose vital entre perceptística e explicação lógica.

## II. OS CASOS DE UMBERTO ECO E STANLEY FISH

Umberto Eco (1993b, p. 80) chama a atenção para o facto de nos textos escritos, sobretudo nos de índole narrativa, ser possível “postular uma série de operações interlocutórias que numa relação comunicativa verbal e em textos não narrativos coincidiriam, de facto, com atribuições definitivas de valores de verdade.” (21). Em vez da fixação por uma natureza orientada para essas atribuições de valor de verdade, o texto literário funda-se, antes, num jogo de unidades semânticas predefinidas no campo virtual da semiose ilimitada e no próprio conceito de interpretante, ambos concebidos no âmbito do aparato teórico desenvolvido por Peirce e, mais tarde, reactualizados por Luigi Pareyson, de quem Eco foi aluno atento. É ao basear-se nos ensinamentos deste último, que Umberto Eco vai, de facto, arreigar as suas teorias interpretativas numa noção de semiose ilimitada (22). Com efeito, e ao contrário do que sucede com a primeira grande influência assimilada por Eco, Benedetto Croce, Pareyson, faz notar Michael Caesar (1999, p. 8), “puts forward a theory of knowledge which is intimately linked to the process of figuration”. Neste sentido, o conhecimento tornar-se-ia motivado pela acção de uma dinâmica contínua ao nível das relações verificadas entre os estímulos oferecidos pela realidade e as hipóteses avançadas pelo indivíduo em resposta a esses estímulos, aos quais procuraria conferir forma e sentido. O modelo deste fenómeno de figuração subjacente à teoria do conhecimento proposta por Pareyson, quando transposta para o âmbito da interpretação, conduz, sublinha Caesar, “to a form which is itself the occasion for successive interpretations”. Trata-se de um processo que

*is actualized in form and this means that it is constantly open to the possibility of being re-interpreted, albeit from the position of the producer (‘to interpret means to assume the point of view of the producer’), in*



*following the same tentative path that led to the work” (CAESAR, 1999, p. 8) (23)*

Esta noção de semiose ilimitada enfatizada por Eco apontaria, nesse caso, para a existência de uma cadeia de interpretações infinitas, ainda que o universo do discurso interviesse de forma a limitar a mesma. É precisamente neste momento que nos deparamos com uma severa contradição ou oscilação no aparato teórico de Eco. Tal circunstância é motivada, se tivermos em conta aquilo que nos comunica Michael Caesar, pelos resultados da leitura que o próprio Eco faz do postulado estético kantiano, designadamente ao nível da questão relativa à multiplicidade dos gostos e ao estatuto da reflexão estética. Segundo Caesar, Eco argumenta que

*a(A)esthetics, at least since Kant, is not concerned with setting universal standards by following which judgment may be reached, but with establishing the possibility of judgment, that is to say, focalizing the dialectic between the objective properties of the work and the variety of responses to it and identifying within that space the opportunities for judgment. (CAESAR, 1999, p. 12)*

A multiplicidade de “veredictos” associada ao fenómeno do gosto vislumbrada por Eco como subjacente aos pressupostos estéticos apurados do postulado kantiano é resolvida, pelo filósofo alemão, com o argumento da relação implícita entre intersubjectividade e “validade comum” do juízo estético. É curioso, nesse caso, observar como Eco oscila entre um conceito de semiose ilimitada que seria, a nível estético, comprovado pela multiplicidade dos gostos dos receptores de determinado texto, e a consciência da existência de um universo do discurso que, ao surgir associado a um valor de intersubjectividade – em Kant é este que unifica a multiplicidade dos gostos e, em Fish, funda aquilo que surge designado de “comunidades interpretativas” – restringe o número de interpretações permitidas por um texto, no qual, por mais que se verifique um estímulo a produção de “tão múltiplas interpretações boas” (ECO, 1993a, p. 129), existe sempre “alguma coisa a unificar” (ECO, 1993b, p. 28). Caesar (1999, p.9) menciona mesmo, em Eco, a existência de uma atmosfera de congenialidade associada à interpretação do texto. Tal fenómeno basear-se-ia, num primeiro momento, “on the fundamental oneness of different forms of human behavior”.

A contradição ou oscilação que aqui procuramos apontar no postulado interpretativo de Eco surge já nos primeiros ensaios do estudioso italiano. Talvez em

nenhum outro momento ela surja de forma tão explícita como no seguinte excerto de um dos seus ensaios menos conhecidos:

*To appreciate a work as a perceptible form means to react to the physical stimuli of the object, not just intellectually but also – so to speak – physically. Fraught with a variety of responses, our appreciation of the object will never assume the univocal exactitude characteristic of intellectual understanding and will be at once personal, changeable and open.* (apud CAESAR, 1999, p. 14)

Embora infira, da natureza do texto literário, a coincidência de duas propriedades que fundam, no acto interpretativo, um fenómeno de evidente osmose – uma propriedade estética e uma propriedade racional – Eco, ignora as consequências do conceito de “validade comum” (24) do juízo estético proposto por Kant, no campo de uma eventual semiose ilimitada. Esse fenómeno de osmose no decurso do acto interpretativo seria incompatível com uma ideia de semiose ilimitada, pois trata-se de um fenómeno em que a propriedade estética do acto interpretativo, ao ser regulada por um processo de intersubjectividade, condicionaria, automaticamente, a hipotética multiplicidade de interpretações suscitadas pelo momento racional do acto interpretativo. Por outro lado, um eventual preeminência do momento racional sobre o momento estético não significaria, igualmente, a concretização de tal multiplicidade, pois o universo do discurso – e aqui a postura contraditória encarnada por Eco faz-se notar com particular evidência – interviria de forma a inviabilizar essa possibilidade.

Aquilo que se mantém uma constante no trabalho hermenêutico de Eco é o facto de o texto literário se encontrar sempre inacabado, apresentando-se como uma “máquina preguiçosa” que requer do leitor um empenhado trabalho cooperativo para, dessa forma, possibilitar o preenchimento de espaços que apenas revelam outras possíveis formas de dizer. Assim sendo, o texto não é mais do que uma máquina pressuposicional, apesar das hipóteses interpretativas que vão sendo construídas pelo leitor e que, embora não correspondendo a atribuições de valor de verdade, não deixam de se manifestar como válidas. Ainda que Eco, em momento algum, aluda a esse facto, a verdade é que este argumento de validade é reforçado pelo facto de autor e leitor se encontrarem inseridos no interior do mesmo domínio de intersubjectividade: aquilo que o segundo constrói a partir da leitura do texto foi potencialmente previsto pelo primeiro, uma vez que ambos não só comungam, ao nível teórico, de uma série de normas linguísticas e convenções literárias, como também possuem, a um nível

estético, as mesmas estruturas de entendimento. De facto, para elaborar a própria estratégia textual, um Autor (25) deve ter em conta uma série de competências que providenciam o conteúdo das expressões de que se serve, competências essas coincidentes com as do seu Leitor. O Autor deve, com efeito, "...prever um Leitor-Modelo capaz de cooperar na actualização do texto tal como ele, o autor, pensava, e de se mover interpretativamente tal como ele se moveu generativamente." (ECO, 1993b, p. 58). Autor e Leitor-Modelo partilham a mesma "competência enciclopédica" e a mesma "competência linguística". Nas palavras de Eco, portanto,

Para actualizar as estruturas discursivas, o leitor confronta a manifestação linear com o sistema de códigos e subcódigos proporcionados pela língua na qual o texto está escrito, pela competência enciclopédica a que, por tradição cultural, aquela mesma língua reenvia." (ECO, 1993b, p. 81).

É ao nível da relação Autor-Leitor que Eco tenta então resolver as contradições inerentes à sua teoria interpretativa, ou pelo menos, acaba por fazê-lo sem explicitamente se dar conta. Em vez de se encontrarem em planos desfasados, Autor e Leitor partilham de uma "enciclopédia de conhecimento". Ao ser construída a partir de um idêntico processo de subjectividade essa "enciclopédia de conhecimento" torna determinada interpretação previsível, o que impediria por conseguinte, a vigência de uma semiose ilimitada, por mais desenvolvida que se apresentasse a "competência linguística" do Leitor.

Saliente-se que qualquer texto, na óptica de Eco, se encontra sempre incompleto, porque

Uma expressão permanece um mero *flatus vocis* enquanto não é correlacionada, por referência a uma dado código, com o seu conteúdo estabelecido por convenção: neste sentido, o destinatário é sempre postulado como o operador (não necessariamente empírico) capaz de abrir, por assim dizer, o dicionário a cada palavra que encontra, e de recorrer a uma série de regras sintácticas preexistentes para reconhecer as funções recíprocas dos termos no contexto da frase (ECO, 1993b, p. 53).

Mas um texto literário distingue-se de outros géneros de expressão pelo seu maior grau de complexidade, oriundo do facto de surgir impregnado de "elementos *não-ditos*", elementos que devem ser actualizados a partir do exercício de movimentos cooperativos e conscientes por parte do leitor. No texto literário, como demonstra Eco,

...à medida que se passa, a pouco e pouco, da função didascálica à função estética, um texto pretende deixar ao leitor a iniciativa interpretativa, ainda que habitualmente deseje ser interpretado com uma margem suficiente de univocidade. Um texto quer que alguém o ajude a funcionar (ECO, 1993b, p. 55).

Este excerto reveste-se de uma importância crucial, pois para além de marcar uma coincidência, em Eco, entre momento estético e momento interpretativo, permite-nos voltar a inferir do postulado do teórico italiano, o fenómeno da intersubjectividade como elo promotor da união entre Autor e Leitor-Modelo e, por conseguinte, mecanismo inviabilizador da interpretação ilimitada de um texto. Para preencher os espaços deixados em branco pelo Autor, o Leitor-Modelo necessita, para além da posse de uma “competência linguística”, também de ser capaz de reprimir as suas idiossincrasias e, a partir do uso partilhado, com o Autor, de uma “enciclopédia de conhecimento”, deixar-se imergir num processo intersubjectivo.

Stanley Fish (1980) faz alusão, em *Is there a text in this class?*, às críticas de que foi alvo quando, no decurso das suas investigações no campo da teoria interpretativa, optou por colocar a tónica na figura do leitor em detrimento do objecto textual, chegando mesmo a negar um estatuto especial à linguagem literária, uma vez que, para ele, o leitor se servia das mesmas estratégias para interpretar frases literárias e não literárias (26). Sem que o declare explicitamente, um dos argumentos utilizados por Fish contra essas críticas, foi, na realidade, o da intersubjectividade. Naquilo que se constituiu como uma crítica declarada a Wolfgang Iser (27), Fish, apesar do privilégio concedido à figura do Leitor, declara o seguinte:

*What I have been saying is that there is no subjectivist element of reading because the observer is never individual in the sense of unique or private, but is always the product of the categories of understanding that are his by virtues of his membership in a community of interpretation* (TOMPKINS, 1998, p. 83).

O crítico norte-americano fala da existência, no acto de leitura, de um nível de experiência comum a todos os leitores, independentemente das diferenças verificáveis ao nível da cultura e da educação de cada um. Esse nível, ao qual não deixa de subjazer um imperativo intersubjectivo, corresponde, a uma “...extension of the chomskian notion of linguistic competence, a linguistic system that every native speaker shares.” (FISH, 1980, p. 5). Nesse sentido, Fish argumenta que é a partir de tal sistema de regras interiorizadas que o entendimento de um texto se torna, de algum modo,

uniforme. O texto, a partir das actividades dos leitores, transforma-se, assim, num objecto que permite considerar precisamente essas actividades como um modo inconsciente de acordo. Para Fish, a construção do valor de um texto e da validade das interpretações relativas ao mesmo são motivadas não por um acordo tácito entre Autor e Leitor-Modelo, como acontece no caso de Eco, mas por um acordo igualmente tácito entre grupos de leitores. Ainda que discorde de Fish numa série de aspectos, Jonathan Culler (2002, p. 24) faz notar como este acordo se começa a delinear já no acto de aprendizagem da leitura, que surge como “an interpersonal activity: one sees how others respond, grasps intuitively or through explicit demonstration what kinds of questions and operations they employ.” (28).

É ao nível da relação entre os leitores que se manifesta, em Fish, o exercício de uma intersubjectividade unificadora que impede a desvirtualização do texto em si, nos mesmos moldes em que, de acordo com Derrida (1996, p. 60), um significante se mantém reconhecível (29). A conclusão de Fish assenta, portanto, na apreensão da ideia de que

*...while literature is still a category, it is an open category, not definable by fictionality, or by a disregard of propositional truth, or by a predominance of tropes and figures, but simply by what we decide to put into it. And the conclusion to that conclusion is that it is the reader who “makes” literature. This sounds like the rankest subjectivism, but it is qualified almost immediately when the reader is identified not as a free agent, making literature in any old way, but as a member of a community whose assumptions about literature determine the kind of attention he pays and thus the kind of literature “he” “makes (FISH, 1980, p. 11).*

Nesse sentido, e tal como Martin Stone (1988, p. 43) realça, o objectivo de *Is there a text in this class* é demonstrar como “communal accreditation determines what counts as correct in judgments about literary texts”. Fish, neste texto, propõe assim a “pragmatic alternative in which the notions of interpretation and community again help to secure the notion that a text sometimes means one thing rather than another.” (OLSON, 1988, p. 44). Daqui deriva a possibilidade de afirmarmos que, em Fish, o acto de reconhecimento e interpretação de um texto literário não releva de mecanismos ou propriedades intrínsecas a esse mesmo texto, nem de uma iniciativa livre e arbitrária por parte do leitor, mas antes do trabalho de uma comunidade de leitores. A noção de “comunidades interpretativas” torna-se, por conseguinte, fundamental no aparato teórico de Stanley Fish (30). São as estratégias adoptadas por estas “comunidades

interpretativas”, anteriores ao próprio acto de leitura, que determinam as propriedades do próprio texto. Fish define assim uma “comunidade interpretativa” como algo que

*...is not objective because as a bundle of interests, of particular purposes and goals, its perspective is interested rather than neutral; but by the very same reasoning, the meanings and texts produced by an interpretive community are not subjective because they do not proceed from an isolated individual but from a public and conventional point of view (FISH, 1980, p. 16).*

Ao delegar a autoridade interpretativa na figura dos leitores em detrimento do objecto literário, Fish, por muito que se recuse a conferir à linguagem literária um estatuto que vá para além do racional e se esforce em estabelecer a competência linguística de quem lê como elemento determinante do sentido de um texto, está, automaticamente, a fundar esse acto interpretativo no exercício de uma subjectividade partilhada. Resulta dessa circunstância a colocação do objecto de interpretação num patamar simultaneamente estético e teórico.

## CONCLUSÃO

Por mais que o crítico norte-americano coloque a ênfase na competência linguística, lógica, dos leitores, o conhecimento relativo a determinado texto acaba por surgir, em Stanley Fish, como um conhecimento intersubjectivo constituído na unidade da natureza por um grupo de seres inteligentes que se encontram em relação de “intropatia” e “comunicabilidade”. É este mesmo tipo de relação que aproxima, em Eco, Autor e Leitor-Modelo. Quer em Umberto Eco, quer em Stanley Fish – ao ocorrer uma indefinição ao nível do estabelecimento que, no acto de explicação lógica de um conteúdo, se configura como momento estético ou momento teórico – podemos falar, no acto interpretativo, de um processo de osmose. Trata-se de um processo que, decorrente de uma concepção primordial de *theoria* e, mais tarde, das especificidades do aparato estético de Kant, torna problemática a delimitação pacífica dos *topoi* da Estética e da Teoria.

(1) Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas – Variante de Estudos Portugueses e Ingleses pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes – Variante de Teoria da Literatura pela mesma Faculdade. E-mail: [josephk24@gmail.com](mailto:josephk24@gmail.com)

- (2) HUSSERL, Edmund. *Zur Phänomenologie der Intersubjektivität: texte aus dem Nachlass*, Den Haag: Martinus Nijhoff, 1973.
- (3) ZLATEV, Jordan *et alii*. *The shared mind: perspectives on intersubjectivity*, Amsterdam: John Benjamin Publishing Co, 2008.
- (4) KANT, Immanuel. *Crítica da Faculdade do Juízo*, trad. de António Marques e Valério Rodhen, Lisboa: IN-CM, 1998.
- (5) Ross Wilson aponta algumas das dificuldades que Kant admite como inerentes à tarefa que se propõe levar por diante na *Crítica da Faculdade do Juízo*. Na sequência da enumeração dessas dificuldades, Kant admite que “a further source of the difficulty of aesthetic judgment, which is not explicitly mentioned, [...], is the fact that aesthetic judgment is not even straightforwardly non conceptual.” (ROSS, 2007, p. 13). De facto, realça Wilson, “w(W)hile Kant repeatedly separates aesthetic from cognitive judgment throughout the Third Critique, he also repeatedly insists on their similarity.” : WILSON, Ross. *Subjective universality in Kant’s aesthetics*, Bern: Peter Lang, 2007.
- (6) GADAMER, Hans Georg. *Elogio da Teoria*, Lisboa: Edições 70, 2001.
- (7) VALÉRY, Paul. *Oeuvres*, Tome I, Paris: Gallimard, 1968.
- (8) ARISTOTLE. *Poetics*, trans. by Gerald Else, Ann Harbor: The University of Michigan Press, 1970.
- (9) De facto, e tal como advoga M. W. Rowe, esta contaminação ou interpenetração não tem de constituir, necessariamente, um fenómeno quezilento, uma vez que “this alleged conflict only makes sense when the aesthetic attitude and knowledge are constructed unnaturally narrowly and that when both are correctly understood there is no tension between them.” Com vista à validação dos seus argumentos, Rowe apresenta mesmo as seguintes conclusões: “1) That the representational arts are often in a good position to communicate non-propositional knowledge about human beings. 2) That while our desire to obtain pleasure from a work’s manifest properties, and our desire to obtain knowledge from it, are not the same motive, the formal similarities between them are sufficiently impressive to warrant both being seen as elements of the aesthetic attitude.” SCHROEDER, Severin (ed.). *Philosophy of literature*, Chicester: Wiley-Blackwell, 2010, s/p).
- (10) ECO, Umberto. *Os Limites da Interpretação*, trad. de José Colaços Barreiros, Lisboa: Difel, 1992.
- (11) TODOROV, Tzevetan (org.). *Teoria da Literatura: textos dos formalistas russos*, trad. de Isabel Pascoal, Lisboa: Edições 70, 1999.
- (12) BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*, trad. de Maria Margarida Barahona, Lisboa: Edições 70, 2001.
- (13) DE MAN, Paul. *A Resistência à Teoria*, trad. de Teresa Louro Pérez, Lisboa: Edições 70, 1989.
- (14) ECO, Umberto. *Interpretação e Sobreinterpretação*, Editorial Presença: Lisboa, 1993a.
- (15) SONTAG, Susan. *Against interpretation and other essays*, New York: A Delta Book, 1966. Na teologia medieval, a condenação da interpretação ia ao ponto de encarar esta como um pecado. James K. Smith faz notar que nesse âmbito “u(U)nderstood as a postlapsarian phenomenon (occurring after the fall) from which humanity must be redeemed, hermeneutics has traditionally been linked with the curse and banishment, from the Garden. Interpretation, in short, is a result of the Fall, is itself a fall – from the intelligible to the sensible, from immediacy to mediation, from reading to hermeneutics.” : SMITH, James K.. *The fall of interpretation: Philosophical foundations for a creational hermeneutics*, Ada: Baker Academic, 2012, p. 13. Numa direcção diametralmente inversa, Robert Stecker faz notar como o conceito de interpretação se tornou um dos conceitos fundamentais da actualidade. No entanto, se, por um lado, há um cada vez mais notório número de objectos que se revelam susceptíveis de interpretação, por outro lado, ocorre uma cada vez maior incerteza sobre a natureza do “significado desses objectos” : JOHN *et* LOPES, *The philosophy of literature: Contemporary and classic readings – an anthology*, Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p. 273.

- (16) RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação*, trad. de Artur Mourão, Lisboa: Edições 70, 1995.
- (17) Jean-Baptiste du Bos, na obra *Refléxions critiques sur la poésie et sur la peinture*, reflecte precisamente sobre a natureza dos nossos juízos estéticos. Ainda que advogue uma concepção estética orientada, tal como em Kant, para o efeito de comprazimento, Du Bos, porém, relega a razão para um plano completamente desprivilegiado, pois esta assume-se como um fenómeno demasiado complexo para o auxílio do espectador no inquérito das causas do prazer que lhe é suscitado pela contemplação de determinada obra : DU BOS, *Jean-Baptiste. Refléxions critiques sur la poésie et sur la peinture*, Paris: Pierre-Jean Mariette, 1733.
- (18) M. W. Rowe, baseando-se nos pressupostos kantianos, faz notar que a componente explicativa subjacente ao acto de contemplação estética se relaciona com um acto de “pointing out aspects of the object which will allow another person to share my experience” (SCHROEDER, 2010, s/p.). Talvez que as especificidades do fenómeno da intersubjectividade, tal como começam a ser delineadas a partir dos pressupostos estéticos desenvolvidos por Kant, sejam a solução para as complexidades decorrentes, no mesmo século, de uma ênfase excessiva no Eu. Trata-se de uma ênfase que acaba, com efeito e nas palavras de Andrew Bowie, por conduzir a resultados conflituosos: “On the one hand, the I is often seen as what is required for the world to be intelligible at all, without which there would be nothing but opaque, inert being, on the other, and this can be the case even in theories which still give the I a central role in constituting the world’s intelligibility – the I seems incapable of making itself intelligible to itself in any exhaustive way.” : BOWIE, Andrew. *Aesthetics and subjectivity, from Kant to Nietzsche*, Manchester: 2003, Manchester University Press, 2003, p. 170.
- (19) BAKHTIN, Mikhail. *The dialogic imagination: four essays*, ed. by Michael Holquist, Austin: University of Texas Press, 1990.
- (20) “Uma comunidade de sujeitos que constitui um mundo comunitário.” HUSSERL, 1973 apud AMARO, António. *A intersubjectividade em Husserl*, Tese de Mestrado em filosofia contemporânea apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, 1987, p. 80.
- (21) ECO, Umberto. *Lector in Fabula*, trad. de Mário Brito, Lisboa: Editorial Presença, 1993b.
- (22) Vítor Aguiar e Silva manifesta o apego a esta mesma concepção, quando postula o facto de o texto se apresentar como um objecto semiótico que manietta, de certa forma, a figura do leitor, ao mesmo tempo que lhe permite, numa espécie de resposta que se altera de leitor para leitor, o exercício de uma liberdade semiótica arraigada na interacção das próprias estruturas textuais com os instrumentos, as vias e os métodos de leitura activados pelo «receptor». Para Aguiar e Silva, esta liberdade semiótica revela-se, em moldes idênticos aos teorizados por Eco, indissociável da comunicação literária entre «emissor» e «receptor» de uma obra específica: AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da literatura*, Coimbra: Almedina, 8ªed., 2002, pp. 181-377.
- (23) CAESAR, Michael. *Umberto Eco: philosophy, semiotics and the work of fiction*, Oxford: Polity Press, 1999. cf. BONDANELLA, Peter. *New essays on Umberto Eco*, Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- (24) Antes de Kant postular este conceito de “validade comum”, já David Hume (2002, pp. 207-228) havia admitido a existência de um «padrão do gosto» estabelecido pelos ditames de um público comum maioritário, que assim resolveria a disparidade de opiniões que não deixa de caracterizar a natureza de um fenómeno como o Gosto. No entanto, para Hume, não é esse «padrão do gosto» que deveria estabelecer a validade do juízo estético, ainda que ele admita que é escasso, ou talvez nem mesmo chegue a existir o número daqueles que revelam a aptidão necessária para avaliar, de forma adequada, qualquer obra de arte. Em todo o caso, o verdadeiro crítico, sempre em conexão, porém, com outros semelhantes, estabelecerá a validade dos seus juízos a partir do cultivo e manifestação dos seguintes predicados: “Só o bom senso, ligado à delicadeza do sentimento, melhorado pela prática, aperfeiçoado pela comparação, e liberto de qualquer preconceito, é capaz de conferir aos críticos esta valiosa personalidade, e o veredicto conjunto dos que a possuem, seja onde for que se encontram, é o verdadeiro padrão do gosto e da beleza.” : HUME, David. «O padrão do Gosto» in *Ensaios morais, políticos e literários*, trad. de João Paulo Monteiro, Sara Albiéri e Pedro Galvão, Lisboa: IN-CM, 2002, p. 220.



- (25) A opção, a partir de dado momento, da grafia da palavra Autor com maiúscula deve-se ao facto de esta figura, bem como a do Leitor-Modelo, se relacionarem, em Eco, menos com instâncias reais do que com meras estratégias textuais relacionadas como o fenómeno interpretativo.
- (26) FISH, Stanley. *Is there a text in this class?: the authority of interpretive communities*, Massachusetts: Harvard University Press, 1980.
- (27) “Why no one’s afraid of Wolfgang Iser” in *Doing what comes naturally: Change, rhetoric and the practice of theory in literary and legal studies*, North Carolina: Duke University Press, 1990. Neste texto, Stanley Fish, tinha criticado Iser precisamente pela sua flutuação, na questão do estabelecimento da autoridade interpretativa, entre o domínio do leitor e o domínio do objecto textual. Essa flutuação por parte de Iser é assim caracterizada por Fish: “When he is at his most phenomenological (...) it sometimes seems that the very features of the text emerges into being in a reciprocal relationship with the reader’s activities; but in his more characteristic moments Iser insists on the brute-fact status of the text, at least insofar as it provides directions for the assembling of the ‘virtual object’” TOMPKINS, Jane P.. *Reader-response criticism from formalism to post-structuralism*, Baltimore: The John Hopkins University Press, 1988, p. 75.
- (28) CULLER, Jonathan. *The pursuit of signs: semiotics, literature, deconstruction*, Ithaca: Cornell University Press, 2002.
- (29) De facto, nas palavras do filósofo francês: “Um significante (em geral) deve ser reconhecível na sua forma, apesar e através da diversidade dos caracteres empíricos que podem modificá-lo. Deve permanecer o mesmo e pode ser repetido como tal, apesar e através das deformações que aquilo a que chamamos acontecimento empírico o submete necessariamente.” : DERRIDA, Jacques. *A Voz e o fenómeno*, Lisboa: Edições 70, 1996, p. 60.
- (30) Michael Bérubé enfatiza o modo como a viragem, em Fish, “from texts to ‘interpretative communities’ has had some salutary effects on the study of literature, insofar as it licensed greater inquiry into the sociology of literary production and transmission.” : OLSON, Gary A.. *Postmodern sophistry: Stanley Fish and the critical enterprise*; Albany: State University of New York Press, 2004, p.20.